

SELETA

O PAPEL DA REGÊNCIA

Euclides da CUNHA

O 7 de abril era inevitável. Tinha dez anos o embate entre as correntes monárquicas e democráticas e como a divergência das idéias atingisse a um “maximum” gravíssimo, impunha-se o domínio de uma delas.

Mas - embora o favorecessem todos os resultados de uma nação que abatera não só o princípio monárquico, como também, pelo caráter militar que assumira, o prestígio da autoridade civil - o liberalismo triunfante não foi levado às suas últimas conseqüências. Porque entre as forças adversas dos federalistas extremados e triunfantes (Partido Liberal Exaltado) e reacionários absolutistas (Partido Restaurador ou Caramuru), surgira, “tertius gaudet”, na luta que não compartira, fortalecido pela situação neutral entre aqueles rivais que se maniatavam, um outro, o Liberal Monarquista (partido moderado), que, conciliando as conquistas dos combatentes da véspera com as reservas da sociedade conservadora retraída, lhes repelira por igual as tendências exclusivas, evitando dois perigos extremos que se fronteavam: a República prematura e o Absolutismo revivente.

O papel da Regência, ponto culminante da nossa história política, instituiu-se, assim, como um ponderador das agitações nacionais: um volante regulando a potência revolta de tantas forças disparatadas. Compreenderam-no os homens extraordinários que ao assumirem naquele momento o governo “se temiam de si mesmos, do entusiasmo sagrado do

patriotismo e do próprio amor da liberdade”, que os armara. Nem careciam para isto de aquilinos lances de vistas.

Os perigos da situação não lhes demandavam a cogitação mais breve. Eram intuitivos. Assoberbavam-nos. Estadeavam-se, francos, impressionadoramente. E entre eles, pior do que uma didatura real, surgia a aspiração federalista, colimando o rompimento definitivo dos frágeis elos entre as províncias.

Um estrangeiro ilustre, Augusto de Saint-Hilaire, depois de caracterizar o estado revolto das repúblicas platinas, volvia naquela época o olhar para o Brasil, e apontava-lhe idêntico destino, se acaso fossem satisfeitos, pelo regime federal, os desejos de mando das patriarquias aristocráticas, que o retalhavam: “...que o brasileiros se acautelem contra a anarquia de uma multidão de tiranetes mais insuportáveis do que um déspota único”.

Ora, a missão da Regência consistiu em afastá-los.

Contrasta em tanta maneira com as revoltas anteriores, que o 7 de Abril passou em julgado, consoante a expressão de Teófilo Ottoni, como “une journée de dupes”: iludidos os Exaltados que o precipitaram, o exército que os amparou e a própria nação para quem a abdicação fora uma surpresa.

Mas o conceito é falso. Dos vitoriosos da véspera despontariam os três maiores homens do tempo, Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o padre Diogo Antônio Feijó; e o general que chefiara o movimento, Francisco de Lima e Silva, seria membro imutável dos triunviratos, de 31 a 35.

O que houve foi o caso vulgar nas revoluções triunfantes: o radical, o agitador vermelho, extinta a sua função demolidora, fazia-se conservador no governo, e vibrava a autoridade recém-adquirida contra os que o haviam auxiliado a destruir a autoridade antiga.

Mudavam por coerência. Adivinhando a missão histórica do Império, Evaristo da Veiga salvou o princípio monárquico, identificado, então, com a unidade da pátria; prevendo a anarquia que esfacelaria o país, Feijó restaurou, por um milagre de energia incomparável, a autoridade civil.

Completam-se. São dois nomes que são dois índices de uma época inteira. Ambos apareciam sem linhagens no meio de nomes já tradicionais. O primeiro, vindo do fundo de uma tipografia modesta, constituiria o nosso primeiro modelo de um jornalista político, inflexível e cortês, nunca abdicando a altitude do pensar e do dizer no meio das mais tumultuárias controvérsias. O segundo, vindo de uma paróquia de São Paulo, dilatária em pouco tempo a sua individualidade, sobre a amplitude indefinida da pátria que se construía. Domina inteiramente o quadro. Recorda o herói providencial de Carlyle.

Ministro da Justiça na primeira Regência Permanente Trinta, sofreu rijamente todo o ímpeto da torrente revolucionária. O seu primeiro golpe foi contra os companheiros da véspera, suplantando (14 e 15 de julho) fortes levantamentos militares que estalaram no Rio. Foi um golpe fulminante. Reprimiu as desordens; dissolveu alguns batalhões indisciplinares; fragmentou os demais, destacando-os para as províncias. Nunca se vira autoridade deste tope. Ela golpeou de espanto o próprio governo, determinando a saída de alguns ministros assombrados e a entrada de Bernardo de Vasconcelos e Lino Coutinho.

Diogo Feijó prosseguiu, inflexível. Tendo-se apenas apercebido de estoicismo raro, que o levava intrêmulo às decisões mais arriscadas, criou a Guarda Nacional (18 de agosto de 1831) e com ela, logo depois (7 de outubro), reprimiu novo levante do corpo de infantaria da marinha, que foi por sua vez extinto, depois de severamente corrigido, sendo entregues os negócios da marinha a um lente da Academia Militar destinado a longa carreira, Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí.

Deste jeito, em poucos meses a anarquia emergente da indisciplina militar, dobrava-se jugulada sob as mãos inermes de um padre. E o governo pôde dedicar-se à organização administrativa, criando o Tesouro Nacional e tesourarias provinciais; sancionando e procurando aplicar, ainda que inutilmente, a primeira lei repressiva do tráfico (7 de novembro de 1831); e reorganizando as Escolas.

Edificava sobre o solo vibrante da revolução. O ano de 1832 antolhou-se-lhe referto de ameaças. Os três partidos que se enterreiravam nas câmaras tinham elementos que se contrabalançavam. Aos moderados, dirigidos por Evaristo, Vergueiro, Limpo de Abreu, Carneiro Leão e Paula Souza, contrapunham-se os exaltados de Pais de Andrade, de

Bernardo Pereira de Vasconcelos, dos França, da Bahia, e de Miguel de Frias; enquanto o “Caramuru” enfeixava os nomes tradicionais de José Bonifácio, Paranaguá, Cairu e Martim Francisco, lastimavelmente aberrados da trajetória superior que tinham sido os primeiros a traçar, ao ponto de maquinarem a volta de D. Pedro I.

Na imprensa, o “Repúblico”, de Borges da Fonseca, e a “Aurora”, batiam-se sob ataques convergentes dos jornais federalistas (o “Exaltado”, a “Matroca” e a “Sentinela”, de Cipriano Barata), e reacionários (“O Caramuru”, “O Tempo” e o “Diário do Rio”).

E, fora destes dois campos, a Sociedade Federal, a Sociedade Militar, dos absolutistas, e a notável Sociedade Defensora, de Evaristo, onde se ensaiava a oratória imponente de Francisco de Sales Torres Homem, transmitiam, agravadas, ao povo, estas divergências insanáveis.

A 3 de abril rebentou novo motim, impellido por Miguel de Frias, liberal extremado: foi suplantado. Seguiu-se-lhe dias depois, um outro, desencadeado pelos absolutistas e dirigido por um alemão aventureiro, o conde von Bulow; foi completamente suplantado. O inflexível ministro da Justiça firmava definitivamente a ordem. De sorte que, a exemplo do ano anterior, os trabalhos do governo e das câmaras puderam traduzir-se em medidas fecundas, em que sobressaem: a sanção do novo Código do Processo Criminal, à luz das modificações profundas que o constitucionalismo imprimira na vetusta legislação portuguesa; a reforma das Ordenações; estabelecimento do juri; e o abandono de uma velharia colonial, a Casa da Suplicação.

Os poderes constituídos, galvanizados pelo ânimo inflexível de Feijó, atravessaram, afinal, mais firmes, todo o ano de 33, demasiando-se até em atos de energia inúteis e condenáveis: a destruição pela justiça sumária do empastelamento, da imprensa adversa; e, a 15 de dezembro, a prisão de José Bonifácio, suspenso do cargo de tutor da família dinástica.

Nesta, como nas repressões anteriores, o governo reagia simultaneamente contra os ideais extremos que entre si mesmos se repeliam.

O Partido Moderado preponderou por fim, incondicionalmente, desde 34. Pertence-lhe, inteira, a lei de 3 de agosto

daquele ano, o Ato Adicional. Aí há um transigir cauteloso com o liberalismo atenuado, senão com as próprias tendências federalistas: substituem-se os conselhos pelas Assembléias provinciais; suprime-se o Conselho de Estado e, como um minorativo a estas franquias, ou anódino consolo ao absolutismo suplantado, faz-se a concentração do governo na Regência uma e institue-se o Poder Moderador.

Uma proposta dos separatistas para que os presidentes das províncias se escolhessem numa lista triplíce das respectivas assembléias, caiu, impugnando-a Evaristo da Veiga, o grande inspirador dos moderados, que lhe lobrigara nas entrelinhas o fraccionamento do país.

Justificavam-no todos os fatos, além dos que ocorriam na capital. As revoltas nas províncias desatavam-se em datas, vinculadas em série: no Ceará (1831-1832), em Pernambuco (1832-1835), no Pará (1835-1837), na Bahia (1837-1838), no Maranhão (1838-1841) e abrangendo-as, somando-as a longa agitação no Rio Grande (1835-1845).

Debelada a primeira pela Regência Trina, as duas seguintes deparariam adversário mais tenaz.

Diogo Feijó, já então senador pelo Rio de Janeiro, fora eleito regente (12 de outubro de 1835). Mas parecia mudado. As lutas ferozes que compartira haviam-no tornado vacilante sobre o futuro. As cláusulas que impôs para aceitar o governo, uma das quais, a oitava, prevê a hipótese da secessão das províncias, mostram-no aperrado de desânimos. Compreendera, talvez, a enormidade do problema que se propunha atacar; e que os tumultos federalistas, os mais lógicos entre os que abalavam o país, tinham gênese inacessível, exigindo operação mais séria do que cargas de baionetas. Uma daquelas revoltas, a ferocíssima “Cabanagem”, do Pará, vencida pelo general Soares de Andréa, em 1836, dera um tipo novo à nossa história: o “cabano”. Simbolizava o repontar de questão mais séria, que passou despercebida à sua visão aguda e se destinava a permanecer na sombra até aos nossos dias.

Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador refrangia na costa. Deixava na penumbra os planaltos. O massiço de um continente compacto e vasto talhava uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados do mar, restariam, ameaçadores, afeitos às mais

diversas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aqueles rudes patricios perdidos no insulamento das chapadas. Ao “cabano”, se ajuntariam no correr do tempo o “balaio”, no Maranhão, o “chimango”, no Ceará, o “cangaceiro”, em Pernambuco, nomes diversos de uma diatese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a silhueta trágica do “jagunço”... Observe-se, contudo, de passagem, que não escapou de todo ao descortino excepcional de Feijó o meio preexcelente para quase remover-se esta fatalidade, em grande parte resultante de nossa amplitude e impenetrabilidade continental. Na lei de 31 de outubro de 1835, a primeira que ele promulgou ao assumir a Regência Una, traçam-se as primeiras linhas do nosso desenvolvimento econômico: autorizava-se a construção de uma estrada de ferro para ligar a capital do Império às províncias de Minas Gerais e São Paulo. Mas o belo pensamento administrativo avantajava-se demais à própria sociedade. Foi inviável. Ao grande homem ficou, porém, a glória de haver adivinhado esse antagonismo formidável do deserto e das distâncias, que ainda hoje tanto impede o pleno desdobramento da vida nacional.

Vencida a “Cabanada”, curou o regente da insurreição rio-grandense, dirigida por um campeador, Bento Gonçalves da Silva, com quem não desadorava ombrear um outro predestinado a maior fama, Giuseppe Garibaldi.

A ação do governo foi, entretanto, frouxa, permitindo que, apesar de aprisionado o primeiro em sangrentos combates de três dias (2, 3 e 4 de dezembro de 1836) se avantajassem os “farrapos”, sobranceiros ao revez, ao ponto de proclamarem, um mês depois daquele revez, a República de Piratinim, sendo eleito presidente o próprio general prisioneiro.

As vacilações governamentais favoreciam-nos. Bento Gonçalves, conseguindo evadir-se do Forte do Mar, na Bahia, dera-lhes novo alento; e o melhor chefe legalista, Bento Manoel, que notabilizara em 1818 na campanha contra Artigas, com ele se bandeou numa defecção lastimável.

Ao mesmo tempo, agravava-se nas câmaras a oposição liberal dirigida Bernardo de Vasconcelos, Araújo Lima e Rodrigues Torres, a que se aliavam dois grandes predestinados, Carneiro Leão e Paulino de

Souza. E para malignar as coisas, a morte de D. Pedro (1834), que se figurava circunstância favorável, destruindo de golpe as esperanças dos reacionários, ocasionara a aliança destes com a oposição parlamentar, criando-se o Partido “Conservador”, triunfante nas eleições daquele mesmo ano e maniatando de todo o governo.

Sombreava ainda mais o quadro uma situação financeira quase irremediável. A atividade incipiente do país, danada por esse intermitir de revoltas, e as suas precárias fontes de rendas exauridas pelas despesas feitas para as debelar, agravavam-se de ano a ano a dívida pública, sobretudo externa, cujos compromissos mal paliara a resolução legislativa (1833), que quebrara o padrão monetário em vigor desde os tempos coloniais.

Diogo Feijó, avaliando a situação, resolveu-a com a antiga retitude. Nomeou ministro do Império o seu principal adversário, o chefe oposicionista, Pedro de Araújo Lima; e no dia seguinte (19 de setembro de 1837) entregou-lhe o cargo da Regência, ultimando-se a missão histórica do Partido Moderado. Desaparecia nobremente e no momento oportuno. Nobilitara a lei; ressuscitara a autoridade; dignificara o governo. Diante de sua alma de romano, quebrara-se, amortecida, a vaga de uma Revolução. Ficava-lhe, adiante, um remanso: o segundo Império.

“Depois de 1836 a história política do Brasil se resume na luta dos dois partidos, o Conservador e o Liberal” (Barão do Rio Branco).

Mas desde logo, é claro o descambar do princípio democrático, até então predominante. A regência de Araújo Lima esboça a reação monárquica, favorecida inesperadamente pelos dois maiores paladinos das franquias liberais, Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos. O último traçou com incomparável lucidez a sua nova atitude:

“Fui liberal, então a liberdade era nova no país e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela amarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que

defendo no dia de seus perigos, de sua franqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete”.

Aí está todo o ementário da época. Não temos em toda a nossa vida política, em tão poucas linhas, programa tão vasto. Bernardo de Vasconcelos não se justificava; justificava a sua nacionalidade. Seria incoerente se não mudasse.

O grande homem, aprumando-se na encruzilhada a que chegara a fase preparatória da Regência, trancava a passagem para a República. O Império surgiria com a maioridade antecipada, e inconstitucional, feito anelo dos liberais de Antônio Carlos e conservadores de Paranaguá.

Foi o que ocorreu a 23 de julho de 1840.

A maioria do país estava em paz. Debelara-se na Bahia a “Sabinada” (1838) e a efêmera “República Bahiense”; e no Maranhão os “Balaios” fugiam diante de um general feliz, L. A. de Lima e Silva (Caxias), cuja espada seria a escora de um reinado. No sul, mau grado dois líderes iguais no destemor e no renome, separados depois por uma variação de cenário, David Canabarro e Giuseppe Garibaldi, os rebeldes recuavam ante a firmeza do general Soares de Andrea (Barão de Caçapava).

Decaiam as paixões. A própria imprensa abdicara de si o papel agitador, que monopolizara. Dois jornais, o “Brasil”, de Justiniano José da Rocha, e o “Maiorista”, de Sales Torres Homem, ambos bem escritos, frases limadas, sem o afogo e a sinceridade dos anteriores, bastavam às exigências políticas. Percebia-se a infiltração do artritismo monárquico no corpo fatigado do país. Vão surgir ainda algumas revoltas, as últimas. E nestas, nas de Minas e São Paulo (1842) sufocadas por Lima e Silva, nos combates de Santa Luzia e Venda Grande; na de Pernambuco (1848), o que se observa é apenas o desapontamento partidário. Não havia princípios políticos em jogo. A de Minas, por ex., determinaria o fato subalterno de uma reforma do código do processo. Os rebeldes timbram no conclamar a adesão ao trono. Batem-se saudando a realeza.

Imprimira-se uma inflexão na diretriz da nossa história. Era obrigatória. O nosso desenvolvimento social fora até ali quase nulo. A vida nacional ativera-se aos interesses absorventes da política.

A cultura literária, permanecera inapreciável. A filosófica papagueava no ecletismo massudo do Padre Mont’Alverne. Os talentos

que apareciam, resumamo-los em Araújo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, tinham educação alienígena, através da preliminar obrigada de uma viagem à Europa, de onde nos vinham os únicos contingentes da ciência, emalados. Nas ciências, restringiamonos à figura solitária daquele notável Padre Custódio Alves Ferrão (1842) incompreendido e inútil nas salas desfreqüentadas do Museu Nacional incipiente.

Seguindo o exemplo de Saint-Hilaire, alguns eleitos saltavam, envoltos de indiferença geral, num ponto qualquer da costa, e iam descerrar as opulências de uma natureza sem par, imensa página da história natural que não sabíamos ler.

D'Orbigny segue para o Mato Grosso; Pedro Clausen (1841) para Minas; Helmreichen (1846) para a Bahia; Gardner, para o extremo norte; Pissis delinea o nosso primeiro mapa geológico; Castelnau (1843) afunda nos planaltos; e mais ilustre que todos, Lund, de seu retiro tranquilo da Lagoa Santa, principiara a abalar o mundo científico com a suas extraordinárias descobertas sobre o brasileiro pré-histórico.

Ninguém os percebia.

Sob o aspecto intelectual, reduzidos à literatura apressada dos jornais e às rimas de um e outro poeta de talento a errar pelas encostas da inspiração nacional que culminava nos "Suspiros poéticos", de Magalhães, estaríamos aquém da ditadura real; e sem magoar a história, poder-se-ia dar a D. João VI o título de Mecenas, se, desde 1838, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a direção do marechal R. da Cunha Matos e cônego Januário Barbosa, não se erigisse como um centro de convergência das energias dispersas do nosso espírito. A simples lista de seus primeiros sócios, onde a par dos nomes estrangeiros, presuntuosamente decorativos, de Chateaubriand e de Humboldt, se destacam os de Marques Lisboa, Vasconcelos Drumond, Maciel Monteiro, Pedro de Angelis, Ladislau Monteiro Baena, paciente compilador das "Eras da Província do Pará", Visconde de São Leopoldo ("Anais da Província de São Pedro), Inácio Accioli ("Memórias históricas e políticas da Bahia"), Marquês de Maricá, Pedro de Alcântara Belegarde, Joaquim Caetano da Silva e um moço, Varnhagen, que seria mais tarde o Visconde de Porto Seguro - é por si só bastante expressiva no revelar uma

vivacidade espiritual amplamente generalizada. Mas aperreavam-na as desordens dispersas dos partidos.

Na própria ordem prática, as mais imperiosas medidas despontavam abortícias. A idéia de bater-se à distância e abreviar-se a enormidade da terra pelas linhas férreas, ressurgira em 1840, no privilégio concedido a um estrangeiro pertinaz, Thomas Cochrane. Mas o lúcido profissional agitou-se debalde no meio da sociedade desfalecida, até ao malogro completo de seu pensamento progressista.

Assim, a nossa evolução, por ser estritamente política, era problemática. Pelo menos ilusória. Estava numa minoria educada à européia. O resto jazia no ponto em que o largara a metrópole, obscuro e dúbio - amálgama proteiforme de brancos, pretos e amarelos, uns e outros prática e moralmente prejudicados pela escravidão crescente com o tráfico, que se não extinguiu.

De sorte que embora a Regência, com ser eletiva, exemplificasse a praticabilidade da República, foi providencial a atitude dos que lhe prorrogaram o advento. Seria, então, artificial e forçada. Contraviria à situação social. Esta, cindida de crises, viera desde a Constituição de 1824, impusera (permita-se-nos a antilogia) a liberdade, numa ascensão vertiginosa para que se não aparelhara.

O segundo Império foi uma parada. Digamos melhor: uma situação de equilíbrio.

(Da Independência à República, em À margem da História: 255-269. Terceira edição. Porto, Chardron, 1922).